

**CÂMARA TÉCNICA DE ASSUNTOS LEGAIS E INSTITUCIONAIS - CTIL
DO CONSELHO NACIONAL DE RECURSOS HÍDRICOS - CNRH
ATA DA 96ª REUNIÃO**

Data: 11 e 12 de setembro de 2007, das 09h55 (do dia 11) às 13h20 (do dia 12).

Local: Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano, em Brasília-DF.

REPRESENTANTES:

1. Ministério da Justiça: ausência;
2. Ministério das Cidades: Rodrigo Fraga Massad (rodrigo.massad@cidadess.gov.br);
3. Ministério da Integração Nacional: Paulo Roberto Soares Jr. (paulorsjunior@yahoo.com.br);
4. Ministério do Meio Ambiente - SRHU: Márley Caetano de Mendonça - Conselheiro (marley.mendonca@mma.gov.br);
5. Ministério do Meio Ambiente - ANA: Maurício Abijaodi Lopes de Vasconcellos (mauricio.lopes@ana.gov.br);
6. Ministério de Minas e Energia: Christian André H. Govastki (christian.govastki@mme.gov.br);
7. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Rio de Janeiro e São Paulo: Ana Maria Gennari (amgennari@sp.gov.br);
8. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Bahia e Ceará: ausência;
9. Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos - Sergipe e Piauí: Breno Bergson Santos (brenobergson.santos@semarh.se.gov.br);
10. Irrigantes: Wilson Agostinho Bonança (wbonanca@srjundiai.com.br);
11. Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica: Martha Regina Von Borstel Sugai (martha.sugai@copel.com);
12. Indústrias: Maria Luíza Werneck (mwerneck@cni.org.br);
13. Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e Turismo: Wilson de Azevedo Filho (azefilho@hotmail.com);
14. Comitês: Marcus Vinícius Lopes da Silva (cbhmogi@terra.com.br);
15. Consórcios e Associações Intermunicipais de Bacias Hidrográficas: Donizete Tokarski (donizete@ecodata.org.br);
16. Organizações Não Governamentais: Ninon Machado de Faria Leme Franco - Conselheira (ninon@institutoipanema.net);
17. Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa: Gilberto Valente Canali (gvcanali@uol.com.br).

DEMAIS PRESENTES:

- José Luiz Ribeiro Reis - Ministério da Integração (jose.reis@integracao.gov.br);
- Carlos Eduardo Nascimento Alencastre (Conselheiro) - CBH-Pardo/SP (comiteparado@ambiente.sp.gov.br);
- Luísa R. Caetano - Elabore Consultoria (luisa.caetano@elabore.com.br);
- Osman Fernandes da Silva - Agência Nacional de Águas (osman.silva@ana.gov.br);
- Maria Aparecida B. P. Vargas - CEIVAP (vargasma@terra.com.br);
- Rodrigo Laborne Mattioli - SRHU/MMA (rodrigo.mattioli@mma.gov.br);
- Daniel Martinelli Duarte - SRHU/MMA (daniel.duarte@mma.gov.br);
- Maria Manuela M. A. Moreira - SRHU/MMA (maria-manuela.moreira@mma.gov.br);
- Ana Paula Soares Xavier - SRHU/MMA (ana-paula.xavier@mma.gov.br);
- Cilene A. M. de Freitas - Elabore Consultoria (cilene.freitas@elabore.com.br);
- Aureliano César Silva - SRHU/MMA (aureliano-cesar.silva@mma.gov.br);
- Rachel Landgraf de Siqueira - SRHU/MMA (rachel.siqueira@mma.gov.br).

RELATORIA:

- Marco Antônio Amorim - SRHU/MMA (marco.amorim@mma.gov.br).

ASSUNTOS DISCUTIDOS:

Às nove horas e cinquenta e cinco minutos do dia onze de setembro de 2007, no Auditório da Secretaria de Recursos Hídricos e Ambiente Urbano - SRHU/MMA, em Brasília-DF, iniciou-se a 96ª Reunião da Câmara Técnica de Assuntos Legais e Institucionais - CTIL, do Conselho

55 Nacional de Recursos Hídricos - CNRH, para tratar da pauta conforme **Anexo I**. O **Sr.**
56 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), Presidente da CTIL, saudou os presentes e
57 declarou abertos os trabalhos. **Item 1 - Informes:** o **Sr. Marcus Vinícius da Silva** (Comitês)
58 anunciou os seguintes eventos (**Anexo II**): i) “V Diálogo Interbacias de Educação Ambiental
59 em Recursos Hídricos”, de 25 a 28 de setembro de 2007, em Araré-SP; ii) “2º Encontro
60 Estadual dos Comitês de Bacia Hidrográfica de São Paulo”, de 11 a 13 de setembro de 2007,
61 em São Pedro-SP; e iii) “IX Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas”, de 23 a
62 27 de outubro de 2007, em Foz do Iguaçu-PR. O **Sr. Donizete Tokarski** (Consórcios)
63 anunciou que comemora-se hoje, 11 de setembro, o Dia do Cerrado e lembrou o esforço para
64 a aprovação da PEC 115/95 que inclui o Cerrado na relação dos biomas considerados
65 patrimônio nacional. O **Sr. João Clímaco** (ONGs) anunciou que a APEDEMA e o
66 Movimento Verde de Paracatu - MOVER foram eleitos para o Conselho Deliberativo do
67 Fundo Nacional do Meio Ambiente e, com isto, manifestou sua expectativa de que os
68 verdadeiros anseios da sociedade civil passem a ser atendidos. O **Sr. Márley Caetano de**
69 **Mendonça** (SRHU/MMA) anunciou o “Simpósio Experiências em Gestão dos Recursos
70 Hídricos por Bacia Hidrográfica”, de 03 a 06 de dezembro de 2007, em São Pedro-SP. **Item 2**
71 **- Aprovação da ata da 95ª reunião da CTIL:** a ata da 95ª reunião foi aprovada com
72 alterações propostas por: **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) e **Sr. Maurício Vasconcellos**
73 (ANA/MMA). Antes de avançar a pauta, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça**
74 (SRHU/MMA) consultou os presentes sobre a inclusão na pauta de um item referente a “Vaga
75 na CTGRHT e lista de suplência para a CTEM”, o que foi acatado. **Item 3 - Análise da**
76 **proposta de Moção que “reitera a Moção CNRH nº 16 e recomenda observância das**
77 **diretrizes do Plano Nacional de Recursos Hídricos”:** o **Sr. Marco Amorim** relatou que,
78 conforme encaminhamento da 95ª Reunião da CTIL, a Secretaria Executiva do CNRH
79 realizou as adequações solicitadas a proposta de moção e a circulou entre os representantes da
80 CTIL para críticas e sugestões (**Anexo III**). Embora os representantes ponderassem que não
81 dever-se-ia, nesta reunião, retomar as discussões conceituais da proposta, o **Sr. João Clímaco**
82 (ONGs) insistiu em adicionar um *considerando* com a seguinte redação: “considerando que o
83 SINGREH é um instrumento meio para a realização de uma política pública estratégica para o
84 País”. Por voto, a inclusão do *considerando* foi rejeitada por unanimidade. Findos os debates,
85 a forma final da proposta de resolução, após modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme
86 **Anexo IV** e foi solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do
87 CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. Caso aprovado pelo Plenário do CNRH e
88 quando do encaminhamento da moção aos seus destinatários, a Secretaria Executiva deverá
89 atentar para que a Moção CNRH nº 16 siga anexa. **Item 4 - Análise da proposta de Moção**
90 **que “recomenda aos Ministros de Estado e Secretários das Secretarias da Presidência da**
91 **República que priorizem nos programas e projetos de sua pasta, que possuam interface**
92 **com recursos hídricos, os Estados que estão implementando sua política de recursos**
93 **hídricos”:** o **Sr. Marco Amorim**, da Secretaria Executiva do CNRH, lembrou que na 95ª
94 Reunião da CTIL houve consenso quanto ao mérito da proposta de moção mas que a sua
95 redação ficou pendente da inclusão de um parágrafo adicional para identificação dos Estados
96 que estariam implementando a política de recursos hídricos. Acrescentou que o **Sr. Gilberto**
97 **Canali** (OTEP) redigiu o referido parágrafo com base nos critérios de elegibilidade do
98 Programa Proágua, sendo a sua redação submetida a apreciação da CTIL (**Anexo V**). Após as
99 explicações do **Sr. Gilberto Canali** (OTEP), o **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA/MMA),
100 assim como na reunião anterior, manifestou mais uma vez sua preocupação de que a proposta
101 de moção poderia causar efeito contrário ao desejado, com repulsa à implementação da
102 política de recursos hídricos. Também conforme reunião anterior da CTIL, a **Sra. Ninon**
103 **Machado** (ONGs) defendeu a proposta e ratificou seu posicionamento de que o CNRH é um
104 Conselho de Estado (Nacional), e não um Conselho Federal. O **Sr. João Clímaco** (ONGs)
105 destacou a importância da proposta argumentando que ela induziria a implementação da
106 política de recursos hídricos nos Estados. Em adição, sugeriu que o CNRH estudasse uma
107 moção apontando os êxitos e percalços/limitações do Programa Proágua, assim como
108 proposições determinísticas para o mesmo. Em adição, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP)

apontou que a proposta objetiva criar preocupações aos Estados, e que estes desencadeassem ações que os permitiriam pleitear volumes de recursos mais significativos. Findos os debates, e considerando o consenso obtido quanto ao mérito da proposta de moção na reunião passada da CTIL, passou-se a discussão da sua redação, que após modificações, ficou conforme **Anexo VI**. Dentre as modificações, destacam-se: i) a alteração do foco da proposta de moção de “contemplarem nos programas e projetos de sua pasta, que possuam interface com recursos hídricos, preferencialmente, os Estados que estão implementando sua Política de Recursos Hídricos” para “priorizem, nos programas, projetos e ações de suas pastas que possuam interface com recursos hídricos, as iniciativas nos Estados que estejam implementando a Política de Recursos Hídricos”; e ii) quanto as ações exemplificativas, procurou-se manter aquelas de caráter genérico e suprimir as restritivas, e com isto, uma proposta que havia sido sugerida pelo **Sr. João Clímaco** (ONGs), de se incluir na lista de ações o inciso I do art. 2º da Resolução CNRH nº 41, principalmente no que se refere a criação de comitês, ficou contemplado com a redação final dada ao inciso I da proposta de moção. Por fim, foi solicitado seu encaminhamento à deliberação superior do Plenário do CNRH, com o parecer favorável desta CTIL. Antes de conceder intervalo para almoço, o Presidente da CTIL submeteu a análise do [novο item de pauta - Vaga na CTGRHT e lista de suplência para a CTEM](#); o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) lembrou que, conforme acordado na 95ª Reunião da CTIL, a Secretaria Executiva do CNRH consultou todos os Conselheiros do CNRH sobre o interesse de participação na CTGRHT e aproveitou a oportunidade e consultou também o interesse dos Conselheiros em compor a lista de suplência da CTEM (Ofício Circular nº 066/2007/CNRH/MMA - **Anexo VII**). Disse que a única manifestação realizada foi da Conselheira Ingrid Müller das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa (**Anexo VIII**). A pedido da Conselheira Ingrid Müller, o **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) defendeu a solicitação do segmento argumentando que o mesmo é composto de duas partes distintas, uma das Organizações Técnicas e outra das Entidades de Ensino e Pesquisa, e que ambas têm grande interesse na gestão dos recursos hídricos transfronteiriços do País podendo contribuir nas atividades da CTGRHT com diferentes visões. O **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, Conselheiro dos Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais das Bacias Hidrográficas, disse que, apesar dos Comitês e Consórcios terem pedido para unificar as vagas que tinham direito na CTGRHT, gostaria de pleitear nova vaga para o segmento em função da instituição do Comitê da Bacia Hidrográfica do Paraná III, único comitê na fronteira do País, o qual também poderia contribuir com a CTGRHT. Embora contasse com apoio do **Sr. Donizete Tokarski** (Consórcios), o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA), atento a análise do Ofício Circular nº 066/2007/CNRH/MMA e informando sobre o vencimento do prazo para manifestações de interesse, descartou, no âmbito da CTIL, o pleito do **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, que acatou a decisão, mas entretanto, registrou que o faria na reunião Plenária do CNRH. Desta forma, a solicitação da Conselheira Ingrid Müller foi aceita no que se refere ao pleito para a CTGRHT, o mesmo não ocorrendo para o pleito para a CTEM, em função das Organizações Técnicas e de Ensino e Pesquisa já integrarem essa Câmara com duas vagas. A Secretaria Executiva do CNRH ficou responsável por elaborar proposta de resolução alterando a Resolução CNRH nº 68 de forma a unificar as vagas dos Comitês e dos Consórcios e estabelecer vagas distintas para as Organizações Técnicas e para as de Ensino e Pesquisa na CTGRHT, a qual deveria ser encaminhada à deliberação superior do Plenário do CNRH. Ao final, o **Sr. Wilson Azevedo Filho** (Pescadores e Usuários de Água p/ Lazer e Turismo) solicitou que as próximas consultas para composição de Câmaras Técnicas do CNRH fossem realizadas por correspondência e não somente por meio eletrônico. Às 12h50, a reunião foi interrompida para almoço sendo reiniciada às 14h40. Antes de avançar a pauta, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) submeteu aos presentes a seguinte inversão de pauta: tratar os itens 7 e 8 antes do item 5, o que foi acatado. Desta forma, a reunião prosseguiu ao [Item 7 - Análise da proposta de Resolução que “dispõe sobre informação e sinalização dos corpos d'água comprovadamente poluídos e com potencial de risco à saúde, à biodiversidade e às atividades humanas”, encaminhada pela CTEM](#); O **Sr. Demétrios Christofidis**,

163 Presidente da CTEM, resgatou a origem da matéria que foi encaminhada ao CNRH pelo
164 Conselheiro João Clímaco, em atendimento a um pedido do FONASC. Disse que ela foi
165 motivada em discussões de diversos encontros e em *sites* que abordam o tema, entre eles:
166 www.gabeira.com.br/causas/causa.asp?id=760&idSubd=22 e
167 www.riosvivos.org.br/canal.php?canal=167&mat_id=6020. Neste último, há informação do
168 Ministério da Saúde de que 1,3 milhão de pessoas estão expostas diretamente ao perigo de
169 contaminação ambiental e adoecendo por causa da poluição do solo e da água. Desta forma, a
170 proposta de resolução da CTEM (**Anexo IX**), cuja redação recebeu muitas contribuições do
171 Ministério da Saúde, teria por objetivo informar a população sobre o perigo de contaminação
172 e provocar reversão da situação pelo poder público. Abertos os debates, a **Sra. Maria Luíza**
173 **Werneck** (Indústrias), embora considerasse a iniciativa louvável, apontou que ela não seria de
174 competência do SINGREH, mas sim do Ministério da Saúde. Exemplificou que o Decreto
175 5.440/20 já confere, no art. 17, tal atribuição aos órgãos de saúde. Além disso, o art. 5º, inciso
176 II, alínea “g”, do mesmo decreto, assegura ao consumidor receber do prestador de serviço de
177 distribuição de água informações nesse sentido. Em adição, argumentou que a proposta seria
178 inconstitucional, já que uma resolução do CNRH não pode conferir atribuições a órgãos
179 públicos; só por lei de iniciativa do Poder Executivo ou por decreto, se não implicar aumento
180 de despesa. A **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) questionou a efetividade da proposta de
181 resolução apontando que: a poluição depende do uso da água; é necessário definir o que são
182 rios com potencial de risco; a Resolução CONAMA nº 357 regulamenta somente o
183 enquadramento para usos preponderantes dos recursos hídricos; a Portaria MS nº 518/04 e o
184 Decreto Presidencial nº 5.440/05 não deixam claro a participação da área de recursos hídricos;
185 o Decreto Presidencial nº 5.440/05 trata de qualidade das águas nos mananciais; o órgão
186 gestor de recursos hídricos não teria competência para estabelecer parâmetros de riscos à
187 saúde. Com isto, apontou que o CNRH não era competente para encaminhar a matéria. A **Sra.**
188 **Ninon Machado** (ONGs) apontou que o Decreto Presidencial nº 5.440/05 regulamenta
189 assuntos relacionados a consumidores de água enquanto o CNRH deveria atentar-se as
190 regulamentações relacionadas aos usuários de recursos hídricos. Para ela, o *locus* para a
191 discussão da matéria em pauta seria o SISNAMA e/ou Ministério da Saúde. Por fim, citou
192 que, no caso de balneários, os órgãos ambientais que são responsáveis pela sinalização sobre a
193 propriedade das águas para banho. Na mesma linha das manifestações anteriores, a **Sra. Ana**
194 **Maria Gennari** (CERH-RJ/SP), o **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA/MMA) e o **Sr. Wilson**
195 **Bonança** (Irrigantes) apontaram que a proposta de resolução, quanto aos seus aspectos legais
196 e institucionais, não era factível no âmbito do CNRH. Em defesa da matéria, o **Sr. João**
197 **Clímaco** (ONGs) disse que o CNRH não poderia ficar omissos a esta demanda da sociedade e
198 ao respeito a vida. Pediu aos presentes que atentassem para um olhar menos tecnocrático e
199 burocrático com vistas ao estabelecimento de uma política pública integrada. O **Sr.**
200 **Demétrios Christofidis**, sensível a todas as manifestações, e informando que na CTEM os
201 dezessete representantes consideraram legítima esta demanda, solicitou que a CTIL norteasse
202 a CTEM um caminho para viabilizar, no âmbito das competências do CNRH, a informação do
203 risco de contaminação à população. Lembrou que é constitucional o direito, à todos, de um
204 meio ambiente ecologicamente equilibrado. O **Sr. Marcus Vinícius da Silva** (Comitês)
205 atentou ao fato de que, se o Ministério da Saúde recorreu ao CNRH para encaminhar a
206 matéria, seria um sinal de que internamente não obtiveram êxito. Assim, na sua opinião, o
207 CNRH deveria apoiá-los para que fossem desencadeadas ações positivas. O **Sr. Gilberto**
208 **Canali** (OTEP) se sensibilizou com a matéria e louvou a iniciativa da CTEM. Opinou que a
209 garantia constitucional à saúde, à vida e ao meio ambiente sadio deveria ser uma incumbência
210 de todos e, tentando apontar a pertinência da matéria ao CNRH, disse que as outorgas são
211 emitidas considerando as condições ambientais montante e jusante de um curso d'água.
212 Contudo, achou impróprio a proposta de resolução se basear no Decreto Presidencial nº
213 5.440/05. O **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) emitiu sua opinião de que o
214 CNRH não teria competência para regulamentar a matéria em análise. Ademais, indicou
215 algumas impropriedades na redação da proposta de resolução, como a ausência de indicação
216 do órgão ou entidade responsável pela instalação das placas. Opinou também que uma

217 resolução do CNRH não seria o instrumento adequado para encaminhá-la. Entretanto, ao
218 lembrar o sucesso da Moção CNRH nº 37, na qual o Conselho se dirigiu a órgãos competentes
219 recomendando a instalação de placas com identificação dos cursos d'água e bacias
220 hidrográficas em rodovias, e também louvando a intenção da proposta que objetiva precaver
221 problemas que têm interface com os recursos hídricos, sugeriu o seguinte encaminhamento:
222 retorno da matéria à CTEM indicando: i) suas impropriedades, entre elas, que a matéria não é
223 de competência do CNRH e que não deveria ser trabalhada por uma resolução; e ii) caminhos
224 para levar a matéria a cabo, entre eles, transformá-la em moção e identificar a quem se
225 destinaria. Como encaminhamento alternativo, o **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA/MMA)
226 sugeriu que o proponente da matéria, no caso, o FONASC, fosse orientado a apresentar a
227 matéria aos órgãos competentes, entre eles CONAMA e/ou Ministério da Saúde. Não
228 havendo consenso quanto as duas propostas, o encaminhamento foi colocado em votação.
229 Foram favoráveis ao retorno da matéria à CTEM: OTEP, MCidades, Irrigantes, Comitês,
230 SRHU/MMA e CERH-SE/PI (6 votos). Foram favoráveis que o FONASC fosse orientado a
231 buscar os órgãos competentes: MME, Concessionárias, ANA/MMA, Indústrias, CERH-RJ/SP
232 e ONGs (6 votos). Conforme art. 29 do Regimento Interno do CNRH, o Presidente da CTIL
233 desempatou a votação, estabelecendo o retorno da matéria à CTEM. Item 8 - Análise da
234 Moção CEIVAP nº 003/2006 que solicita ao CNRH análise, aprovação e solicitação de
235 alteração de decreto presidencial com a nova delimitação da Região Hidrográfica do
236 Estado do Rio de Janeiro: primeiramente, a **Sra. Maria Aparecida Vargas**, do CEIVAP,
237 informou que o Conselho Estadual de Recursos Hídricos do Estado do Rio de Janeiro aprovou
238 a definição das regiões hidrográficas do Estado, por meio da Resolução CERHI-RJ nº 18, de
239 08/11/06. Em seguida, disse que em função da preocupação com a gestão integrada e também
240 com a aplicação dos instrumentos da Política Nacional de Recursos Hídricos na bacia
241 hidrográfica do Rio Paraíba do Sul, entre eles o plano e a cobrança, o CEIVAP está
242 demandando do CNRH uma revisão da sua área de atuação. A alteração visa incorporar toda a
243 RH-IX (Baixo Paraíba do Sul) da divisão hidrográfica fluminense ao CEIVAP, de forma que,
244 naquela região, o CEIVAP tenha o mesmo contorno do futuro comitê “estadual” da RH-IX.
245 Disse também que seria uma oportunidade de atualizar o Decreto de criação do CEIVAP, que
246 é anterior ao advento da Lei 9.433/97. Convidado a abordar os aspectos técnicos da região, o
247 **Sr. Osman da Silva**, da ANA/MMA, realizou uma apresentação (**Anexo X**) na qual apontou
248 as seguintes conclusões: i) que é importante preservar a área de atuação do CEIVAP sobre
249 parte da RH-II (Guandu), ou seja, naquela região, o CEIVAP não deve restringir sua área de
250 atuação à fronteira sul da RH-III (Médio Paraíba do Sul); ii) que a incorporação da região da
251 Lagoa Feia (que é uma parte da RH-IX) ao CEIVAP justifica-se pelas características
252 fisiográficas e sócio-econômicas, assim como, para viabilizar a gestão dos Canais de Campos,
253 entretanto, o mesmo não seria válido para a bacia do Rio Carapebus (também parte da RH-
254 IX); iii) que, por similaridade a Lagoa Feia, parte da RH-VIII (Macaé), na transposição do
255 canal Campos, deveria ser incorporada ao CEIVAP. Abertos os debates, o **Sr. Marco**
256 **Amorim** indagou por que a similaridade de atuação do CEIVAP com a RH-IX não era
257 requerida para a RH-II e RH-III. Por sua vez, a **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) opinou
258 que não haveria necessidade do contorno da área de atuação do CEIVAP ser idêntico aos dos
259 futuros comitês das águas estaduais do Estado Rio de Janeiro, seja na RH-IX, seja na RH-III,
260 e que assim, a solicitação do CEIVAP não se justificava. A **Sra. Maria Aparecida Vargas**,
261 do CEIVAP, justificou a solicitação ilustrando a elaboração dos planos de bacia destas áreas.
262 O **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, do CBH-Pardo/SP, manifestou seu entendimento de que
263 são duas bacias distintas, no caso contíguas, e que por isto dever-se-ia tratar de um Comitê da
264 Bacia Hidrográfica do Rio Paraíba do Sul mais a Bacia Hidrográfica da Lagoa Feia, e não
265 toda área como um único comitê das águas federais, no caso o CEIVAP. Tal distinção e
266 acordo evitaria um futuro conflito na aplicação dos recursos arrecadados numa bacia - de rio
267 federal ou estadual - em outra. O **Sr. Gilberto Canali** (OTEP) opinou que a CTIL deveria
268 rejeitar a solicitação de alteração da área de atuação do CEIVAP, pois, para ele, estar-se-ia
269 agregando ao comitê de rio de domínio da União uma área que não pertence a bacia e cujas
270 águas são de dominialidade estadual. Ao final dos debates, a CTIL considerou prejudicada a

271 tomada de decisão sem que haja um parecer da ANA referente ao assunto, e assim, o
272 encaminhamento definido foi de que a matéria voltasse a pauta quando da disponibilização do
273 referido parecer à CTIL. Retornando ao Item 5 - Análise da proposta de Resolução que
274 “dispõe sobre a divulgação de informações básicas sobre os Comitês de Bacias
275 Hidrográficas em páginas específicas da internet”, encaminhada pela CTEM: o Sr.
276 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) informou aos presentes que a Secretaria
277 Executiva do CNRH elaborou um substitutivo (**Anexo XI**) à proposta original da CTEM
278 (**Anexo XII**) considerando os avanços e alterações similares que foram efetuadas pela CTIL
279 quando emitiu parecer favorável a moção que “*recomenda a divulgação das informações e*
280 *funcionamento dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em páginas específicas da*
281 *Rede Mundial de Computadores*” na sua 95ª Reunião. Com esta informação, a CTIL decidiu
282 analisar a matéria a partir da proposta substitutiva. Abertos os debates, a **Sra. Ana Maria**
283 **Gennari** (CERH-RJ/SP), o **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, do CBH-Pardo/SP, e a **Sra.**
284 **Maria Luíza Werneck** (Indústrias) opinaram que o CNRH não poderia ditar normas aos
285 comitês de bacia hidrográfica de rios de domínio estadual, os quais estão subordinados às
286 normas emitidas pelos Conselhos de seus respectivos Estados. Além disto, em função dos
287 comitês não terem personalidade jurídica, quem seria responsável por tal obrigação? Não se
288 poderia, tampouco, obrigar os Estados a assumir essa obrigação, o que para a **Sra. Maria**
289 **Luíza Werneck** (Indústrias), além de ferir a autonomia estadual, o CNRH não tem
290 competência para tal. A **Sra. Martha Sugai** (Concessionárias) apontou ainda a dificuldade
291 financeira para os comitês manterem as páginas de internet. O **Sr. Márley Caetano de**
292 **Mendonça** (SRHU/MMA) manifestou seu entendimento de que, conforme inciso VI do art.
293 35 da Lei nº 9.433/97, compete ao CNRH “estabelecer diretrizes complementares para
294 implementação da Política Nacional de Recursos Hídricos, aplicação de seus instrumentos e
295 atuação do SINGREH”. Opinou também que a proposta seria indutora para que as
296 informações fossem disponibilizadas, não havendo penalidades para quem não a cumprisse. A
297 **Sra. Maria Manuela Moreira**, da SRHU/MMA, contextualizou que existem
298 aproximadamente 140 comitês de bacia hidrográfica e que, em muitos casos, não há como
299 participar das suas reuniões ou fazer contatos devido a indisponibilidade de informações.
300 Disse que, embora a SRHU/MMA tente manter um cadastro, é muito difícil mantê-lo
301 atualizado em função das constantes mudanças nos comitês. Assim, a proposta em análise
302 teria por objetivo superar esta dificuldade encontrada no SINGREH. Por fim, para amenizar
303 as temeridades apontadas por seus antecessores, chamou a atenção para os arts. 3º e 4º da
304 proposta. O **Sr. Maurício Vasconcellos** (ANA/MMA) manifestou a importância de se
305 disponibilizar as informações elencadas na proposta para efeito de planejamento. Ao realizar
306 uma leitura mais atenta de todo conteúdo da proposta, o **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, do
307 CBH-Pardo/SP, passou a concordar com seu mérito. Entretanto, propôs uma nova redação
308 para o art. 4º, qual seja, “para atendimento desta resolução, as entidades estaduais
309 relacionadas com a gestão de recursos hídricos e os Conselhos Estaduais de Recursos
310 Hídricos articular-se-ão com os Comitês de Bacia Hidrográfica de águas de domínio dos
311 Estados e as suas Agências de Água ou entidades delegatárias das funções de agências de
312 água”. Não havendo consenso entre todos os presentes sobre o mérito da proposta de
313 resolução, e embora este já tenha sido aprovado na 95ª Reunião da CTIL, o **Sr. Márley**
314 **Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) achou por bem submeter a proposta à nova votação.
315 Foram favoráveis a proposta de resolução: SRHU/MMA, Comitês, OTEP, ANA/MMA e
316 MME (cinco votos); foram contra: CERH-SE/PI, CERH-RJ/SP, Indústrias e Irrigantes (quatro
317 votos). O **Sr. Marcus Vinícius da Silva** (Comitês) registrou que seu voto foi favorável pelo
318 entendimento que a resolução não seria mandatária. Findos os debates, a forma final da
319 proposta de resolução, após modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme **Anexo XIII** e
320 foi solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH, com o
321 parecer favorável desta CTIL. Registra-se que a redação do art. 4º ficou conforme havia sido
322 proposto pelo **Sr. Carlos Eduardo Alencastre**, do CBH-Pardo/SP. Com a concordância de
323 todos, o Presidente da CTIL adiou a discussão do item 6 da pauta para o dia seguinte. Passou-
324 se, então, ao Item 9 - Necessidade de revisão do Regimento Interno do CNRH: foi

325 acordado que a matéria seria discutida como primeiro item de pauta da próxima reunião da
326 CTIL. A idéia preliminar é diagnosticar as alterações mais urgentes ao regimento, de forma a
327 encaminhá-las à Secretaria Executiva do CNRH para que seja elaborado uma proposta de
328 alteração que seria circulada aos representantes da CTIL para críticas e sugestões. Após as
329 alterações mais urgentes, seria avaliado a necessidade de se formar um grupo de trabalho para
330 a revisão geral do Regimento Interno do CNRH. A **Sra. Ninon Machado** (ONGs) solicitou
331 que ao ser circulado a proposta, seja apontado a antiga redação, a nova redação e a
332 justificativa de alteração. **Item 10 - Sorteio das vagas para participação no I Encontro**
333 **Nacional de Colegiados Ambientais:** o **Sr. Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA)
334 relatou que a Secretaria Executiva do CNRH encaminhou a todos Conselheiros informações
335 sobre o I ENCA e solicitou que os interessados em participar do evento, representando o
336 CNRH, se manifestassem (Ofício Circular nº 063/2007/CNRH/MMA - **Anexo XIV**).
337 Continuou dizendo que, como em alguns segmentos o número de manifestações foi superior
338 ao de vagas (duas por segmento), deveria, conforme previsto no ofício, ser realizado sorteio
339 nesta reunião da CTIL. Em debate, foi consenso estabelecer numeração progressiva para
340 todos os interessados, pois, caso surgissem mais vagas para o CNRH, já estariam sorteados os
341 ocupantes subseqüentes. Procedido o sorteio, a ordem estabelecida foi: Governo Federal: 1.
342 Carlos Hugo Suarez Sampaio (MJustiça), 2. Fernanda Bocorny Messias (MDIC), 3. Valdemar
343 Ferreira de Araújo Filho (MCidades) e 4. Demétrios Christofidis (MEC); Organizações Civis
344 de Recursos Hídricos: 1. Anna Virgínia Machado (OTEP), 2. Dalto Favero Brochi
345 (Comitês/Consórcios), 3. Ninon Machado de Faria Leme Franco (ONGs), 4. Laura Jesus de
346 Moura e Costa (ONGs), 5. Sílvia Freedman Ruas Durães (Comitês/Consórcios) e 6. João
347 Clímaco Soares de Mendonça (ONGs). Para os CERH's e para os Usuários de Recursos
348 Hídricos ratificou-se o nome dos interessados: Ronaldo Jorge da Silva Lima (CERH-PA),
349 Maria Arlete Rosa (Prestadoras de Serviço de Saneamento) e Mauro Ribeiro Viegas
350 (Indústria). A Secretaria Executiva do CNRH ficou responsável por orientar os Conselheiros
351 sobre os procedimentos para as inscrições no I ENCA. **Item 11 - Relato das atividades do**
352 **GT “Água e Florestas”;** **Item 12 - Relato das atividades do GT “Aplicação das diretrizes**
353 **do PNRH aos empreendimentos hidrelétricos”;** **Item 13 - Relato das atividades do GT**
354 **“Siapreh”;** **Item 14 - Relato das atividades do GT “Representatividade”;** por escassez de
355 tempo, não houve relato dos GT's. **Item 15 - Assuntos gerais:** o **Sr. Márley Caetano de**
356 **Mendonça** (SRHU/MMA) acusou recebimento do *e-mail* do Sr. Gilberto Canali (OTEP)
357 (**Anexo XV**), que, devido ao elevado número de itens da pauta da 96ª Reunião da CTIL,
358 sugeriu à CTIL a “adoção de sistemática de votação por internet dos itens sobre os quais não
359 haja solicitações de destaque e debates”. O Presidente da CTIL argumentou que, pelo atual
360 Regimento Interno do CNRH, esta metodologia não era possível, entretanto, sugeriu que o
361 assunto fosse analisado no âmbito da revisão do regimento. Foi acordado a realização da
362 próxima reunião da CTIL nos dias 24 e 25 de outubro, em Foz do Iguaçu-PR, durante o “IX
363 Encontro Nacional de Comitês de Bacias Hidrográficas”. Às 19h00, a reunião foi
364 interrompida, retornado às 09h15 do dia seguinte quando passou-se a tratar o **Item 6 - Análise**
365 **da proposta de Moção que “recomenda a divulgação nas páginas das respectivas**
366 **organizações da identificação da participação nos colegiados do Sistema Nacional de**
367 **Gerenciamento de Recursos Hídricos - SINGREH”**, encaminhada pela CTEM: o **Sr.**
368 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) informou aos presentes que a Secretaria
369 Executiva do CNRH elaborou um substitutivo (**Anexo XVI**) à proposta original da CTEM
370 (**Anexo XVII**) considerando os avanços e alterações similares que foram efetuadas pela CTIL
371 quando emitiu parecer favorável a moção que “*recomenda a divulgação das informações e*
372 *funcionamento dos Conselhos Estaduais de Recursos Hídricos em páginas específicas da*
373 *Rede Mundial de Computadores*” na sua 95ª Reunião. Com a decisão de trabalhar com a
374 proposta substitutiva e superado os questionamentos referentes ao mérito da moção, passou-se
375 a discussão da sua redação, que após modificações pertinentes à CTIL, ficou conforme **Anexo**
376 **XVIII**, e foi solicitado seu encaminhamento para deliberação superior do Plenário do CNRH,
377 com o parecer favorável desta CTIL. Registra-se que o **Sr. João Clímaco** (ONGs) considerou
378 importante, por ser pedagógico, a manutenção da expressão “participação da sociedade” ao

379 final da moção. A manutenção da expressão recebeu manifestações contrárias, mas, mesmo
380 assim, não foi retirada pelo proponente, sendo colocada em votação pelo Presidente da CTIL:
381 foram favoráveis a manutenção da expressão: MCidades (um voto); foram contrários:
382 Indústrias, Comitês, CERH-SE/PI, CERH-RJ/SP, ONGs, Irrigantes, ANA/MMA, MME e
383 SRHU/MMA (nove votos). Neste momento, o **Sr Wilson Bonança** (Irrigantes) repudiou a
384 atitude do Sr. João Clímaco (ONGs) que solicitou, insistentemente, registro das declarações
385 de voto em ata, atitude considerada, por ele, um patrulhamento. Item 16 – Apresentações
386 sobre o tema da representatividade nos processos eletivos para o CNRH pelos segmentos
387 Usuários de Recursos Hídricos e Organizações Cíveis de Recursos Hídricos: a pedido de
388 alguns palestrantes, a ordem das apresentações previstas em pauta foram alteradas com a
389 devida concordância dos presentes: i) Comitês, Consórcios e Associações Intermunicipais
390 das Bacias Hidrográficas - Sr. Carlos Eduardo Alencastre: (Anexo XIX) após caracterizar
391 os comitês existentes no País, apontar as suas competências e descrever o Fórum Nacional de
392 Comitês, que foi criado em 1999 mas que não tem atribuição de representar os comitês,
393 emitiu sua concordância com o procedimento definido pela Resolução CNRH nº 14 para a
394 escolha dos representantes do segmento no CNRH. Embora tenha defendido a representação
395 nas assembléias por procurações, o que facilita a maior participação dos comitês, sugeriu
396 maior controle sobre elas com exigência de que sejam originais, com firma reconhecida e
397 emitidas pelo Presidente do comitê. Ao ser provocado pela Sra. Maria Manuela Moreira, da
398 SRHU/MMA, concordou que deve ser acrescido no processo de habilitação a comprovação de
399 funcionamento do comitê e a exigência de que o mesmo realizou duas reuniões nos últimos
400 12 meses. ii) Indústria - Sra. Maria Luiza Werneck: (Anexo XX) primeiramente mostrou
401 que a representatividade das indústrias pela CNI é definida por lei e prevista na CF/88. Em
402 seguida, apresentou os objetivos e a estrutura da CNI, que, na sua opinião, atestariam a sua
403 representatividade e capilaridade - um universo de, aproximadamente, 196.000 empresas são
404 representadas pela CNI. Chamou a atenção para o fato de que as indústrias da extração do
405 petróleo e os serviços de esgotos estão entre as categorias econômicas e atividades vinculadas
406 a CNI. Disse que a Resolução CNRH nº 14, ao ser reformulada, deve levar em consideração o
407 disposto no inciso III do art. 8º da CF/88 que atribui aos sindicatos “a defesa dos direitos e
408 interesses coletivos ou individuais da categoria, inclusive em questões judiciais ou
409 administrativas”, e sobretudo, o inciso I do citado art. 8º, cuja parte final *veda ao poder*
410 *público a interferência e a intervenção na organização sindical*. Para ela, a exigência de
411 assembléias para escolha de representantes do segmento representaria uma interferência do
412 Estado na organização sindical o que, como se viu, seria vedado pelo inciso I do art. 8º da
413 CF/88. Por fim, concluiu que a representatividade da CNI em relação à indústria é, assim,
414 institucional, e lembrou que há dentro da CNI um conselho de meio ambiente, composto por
415 representantes dos segmentos industriais, onde todas as questões relativas ao meio ambiente
416 são discutidas e de onde saem a posição a ser tomada pelo representante da CNI, no
417 respectivo colegiado ambiental. O **Sr. João Clímaco** (ONGs) manifestou sua discordância
418 com o monopólio da representação pela CNI e defendeu o direito ao livre associativismo. Ao
419 ser indagado pelo Sr. Aureliano Silva, da SRHU/MMA, sobre as outras associações, como a
420 Abinam e Abimaq, a **Sra. Maria Luiza Werneck** (Indústrias) disse que estas compõem, de
421 certo modo, a estrutura da CNI, pois há grande relacionamento e interação entre elas. A
422 diferença seria que as indústrias são, em razão da Constituição e da CLT, representadas pela
423 CNI, tanto administrativa quanto judicialmente, independentemente de qualquer
424 manifestação. Nos casos das associações setoriais mencionadas, a adesão é voluntária. A
425 associação de classe setorial só representa aquele que é seu associado e que, é claro, do setor
426 que representa. iii) Irrigantes - Sr. Wilson Bonança: (Anexo XXI) na mesma linha da
427 *Indústria*, apontou que a representatividade da CNA, incluindo suas federações (27) e
428 sindicatos (2.135), é decorrente de prerrogativa legal constitucional. No âmbito da CNA, disse
429 que a escolha do Conselheiro para o CNRH se dá na Câmara de Meio Ambiente e de
430 Recursos Hídricos. No caso das Federações, a escolha é feita pela mesa diretora. Por fim,
431 disse que a nomenclatura mais apropriada para o segmento seria produtores agro-silvo-
432 pastoris. iv) Pescadores e Usuários de Recursos Hídricos com Finalidade de Lazer e

433 **Turismo - Sr. Wilson de Azevedo Filho:** (Anexo XXII) primeiramente abordou as
434 características econômicas e o panorama do turismo mundial e interno. Em seguida, apontou a
435 grande diversidade de atividades atinentes ao segmento do turismo. Informou que as
436 atividades turísticas mais ligadas a questão de recursos hídricos seriam o segmento hoteleiro
437 das estâncias hidrotermais e o dedicado a balneabilidade. Com relação aos “pescadores”, disse
438 entender que sua representação está afeta a pesca esportiva (amadora) e, em certas
439 circunstâncias, à pesca profissional, pois a pesca profissional estaria afeta à indústria e a
440 atividade de aquicultura ao segmento ligado à agricultura. Com relação a escolha de
441 representantes para o CNRH, disse que, até o momento, não houve grandes disputas e que a
442 indicação foi obtida por consenso nas assembleias. Por fim, manifestou o anseio do segmento
443 em ter diferentes cadeiras para Pescadores e para Usuários de Recursos Hídricos com
444 Finalidade de Lazer e Turismo. A **Sra. Maria Luiza Werneck** (Indústrias) apontou que a
445 representação do segmento poderia ser definida no âmbito da Confederação Nacional do
446 Comércio. O **Sr. Carlos Eduardo Alencastre** chamou a atenção para o segmento abarcasse
447 os motéis, grandes consumidores de águas subterrâneas. **v.i) Organizações Não**
448 **Governamentais - Sr. João Clímaco:** (Anexo XXIII) após abordar aspectos conceituais sobre
449 representatividade, defendeu os princípios da capilaridade (“votos em maior número de
450 regiões”), universalidade (“variados tipos de entidades”) e representatividade (“maior número
451 de votos”) nos processos eleitorais para o CNRH, no qual deveria ser superado o
452 corporativismo, o aparelhismo, o burocratismo e o patrimonialismo. Opinou que as entidades
453 que estejam participando de comitês de bacia hidrográfica devem, automaticamente, fazer
454 parte do colégio eleitoral para o CNRH. Manifestou-se favorável a representação nas
455 assembleias por procurações, o que, para ele, facilita a maior participação dos interessados.
456 Por fim, defendeu também o direito a livre organização e condenou a representação
457 compulsória por confederações, considerada por ele monopolista e corporativista. Em contra-
458 argumentação, a **Sra. Maria Luiza Werneck** (Indústrias) “disse que as apresentações foram
459 solicitadas para que o representante demonstrasse, sobretudo, a legitimidade, capilaridade e
460 abrangência da sua representação. E que ela teria, fundamentadamente, demonstrado isso, na
461 sua apresentação, com relação ao segmento indústria que representa. Mas que,
462 lamentavelmente, o Sr. João Clímaco, absolutamente, não fizera isso, restringindo-se a fazer
463 um discurso que não tinha relação com o tema, o qual, aliás, diga-se de passagem, repete
464 sempre”. Ao ser provocado a explicar a origem da sua representação no CNRH, o **Sr. João**
465 **Clímaco** (ONGs) disse que, após trabalho em rede, 60% das entidades que se habilitaram a
466 participar da assembleia deliberativa indicaram sua entidade - o Conselho Popular de Defesa
467 dos Direitos Humanos dos Moradores do Bairro Felicidade - para representar o segmento
468 ONGs no CNRH. **v.ii) Organizações Não Governamentais - Sra. Ninon Machado:** sem uso
469 de *slides*, lembrou dos ofícios que encaminhou à CTIL (Anexo XXIV) solicitando, com vistas
470 a garantia dos princípios da representatividade e da legitimidade, revisão do processo de
471 escolha dos Conselheiros do CNRH. Ratificou a necessidade da instituição de um Cadastro
472 Nacional de Entidades de Recursos Hídricos, à semelhança do CNEA, e criticou o uso de
473 procurações nas assembleias. Disse que a Resolução CNRH nº 14 deveria atender a tipicidade
474 de escolha de cada segmento. Por fim, informou que o Instituto Ipanema obteve apoio do
475 FBOMS para, em assembleia deliberativa, ser indicado representante do segmento ONGs no
476 CNRH, e que este apoio foi definido após articulações internas no âmbito do GT-
477 Água/FBOMS. O **Sr. João Clímaco** (ONGs) se posicionou contrário a utilização de um
478 Cadastro Nacional de Entidades de Recursos Hídricos. Apontou que, há dois anos, o registro
479 de sua entidade no CNEA é negado, o que para ele, demonstraria o uso do CNEA para
480 estabelecimento de mercado político burocrata e corporativista onde grupos constituem
481 monopólios que discriminam a participação de outros grupos. No seu entendimento, a
482 exigência de habilitação nos processos eletivos do CNRH já se constituiria num cadastro. A
483 **Sra. Ninon Machado** (ONGs) contestou as declarações do Sr. João Clímaco (ONGs) e disse
484 que no FBOMS não há comportamentos discriminatórios. Em adição, afirmou que certas
485 posições desqualificam a representação das ONGs. Encerradas as apresentações, foi acordado
486 que na próxima reunião da CTIL será concedido espaço para as demais apresentações

487 previstas, cujos palestrantes não estavam presentes, quais sejam: Prestadores de Serviço
488 Público de Abastecimento de Água e Esgotamento Sanitário - Sr. Walder Suriani;
489 Concessionárias e Autorizadas de Geração Hidrelétrica - Sra. Sonali Cavalcanti Oliveira;
490 Organizações Técnicas e Entidades de Ensino e Pesquisa - Sr. Gilberto Canali. A **Sra. Ana**
491 **Maria Gennari** (CERH-RJ/SP) pleiteou também que houvesse apresentações sobre
492 representatividade do segmento CERH's, com vistas a ampliar as suas vagas no CNRH. O **Sr.**
493 **Márley Caetano de Mendonça** (SRHU/MMA) explicou que o pleito de aumento de vagas
494 dos CERH's no CNRH está sendo analisado pela Casa Civil da Presidência da República, e
495 assim, não considerava oportuno o retorno da discussão antes de um pronunciamento da Casa
496 Civil. Não havendo mais nada a ser tratado, às 13h20, o **Sr. Márley Caetano de Mendonça**
497 (SRHU/MMA) agradeceu a presença de todos e encerrou os trabalhos da 96ª reunião da
498 CTIL.

499 **RESUMO DA REUNIÃO:**

- 500 - Item 2: aprovada a ata da 95ª reunião da CTIL, com modificações;
501 - Item 3: após modificações pertinentes à CTIL e com seu parecer favorável, a proposta de
502 moção foi encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH;
503 - Item 4: após modificações pertinentes à CTIL e com a inserção de exemplos de iniciativas
504 voltadas à implementação da Política de Recursos Hídricos, a proposta de moção foi
505 encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH, com parecer favorável da
506 CTIL;
507 - Item 5: após modificações pertinentes à CTIL e com seu parecer favorável, a proposta de
508 resolução foi encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH;
509 - Item 6: após modificações pertinentes à CTIL e com seu parecer favorável, a proposta de
510 moção foi encaminhada para deliberação superior do Plenário do CNRH;
511 - Item 7: o entendimento da CTIL foi de que o CNRH não seria competente para regulamentar
512 a matéria através de uma resolução. Entretanto, sugeriu a CTEM readequar a proposta de
513 forma a transformá-la em moção a ser dirigida à órgãos competentes;
514 - Item 8: a CTIL considerou prejudicada a tomada de decisão sem um Parecer Técnico da
515 ANA. A matéria retornaria a pauta quando o parecer for disponibilizado;
516 - Item 9: transferido para a próxima reunião;
517 - Item 10: foi realizado o sorteio sendo definido uma ordem progressiva de todos os
518 interessados, para, caso surgissem mais vagas para o CNRH no I ENCA, já estariam sorteados
519 os ocupantes subsequentes;
520 - Item 11, 12, 13 e 14: não houve relatos dos GTs.

521
522 Ata aprovada na 97ª Reunião da CTIL realizada em 24 de outubro de 2007.

523

524

525 **Márley Caetano de Mendonça**
526 Presidente da CTIL

Marco Antônio Amorim
Relator da CTIL